



RESPOSTA AO PROCESSO DE IMPUGNAÇÃO Nº0012658/2024.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de impugnação via processo n.º 0012658/2024 ao Edital do Pregão Presencial nº 07/2024 (SRP), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para locação de equipamentos de informática para uso administrativo e pedagógico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

O pedido de impugnação (PA n.º 0012658/2024) foi encaminhado no dia 24/05/2024, às 12:44, por meio de processo físico aberto no setor de protocolo do município, pela empresa SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME, inscrita sob o CNPJ nº 06.213.683/0001-41.

Diante disso, passa-se à análise da admissibilidade e, por conseguinte, do mérito da exordial impugnatória.

2. DA ANÁLISE E DA MANIFESTAÇÃO

Recebida de forma tempestiva a impugnação, analisado os argumentos pleiteados, apresentamos as seguintes ponderações:

Item a) *Que o órgão informe se serão aceitas outras marcas de mesinhas com suas próprias características construtivas, contanto que elas também possuam as funcionalidades descritas na observação e também proponham a alfabetização e desenvolvimento de habilidades formativas na criança; ou, em caso negativo, impugna-se o edital, a fim de que seja retificado o termo para permitir o fornecimento de outros produtos destinados à mesma função e mesma faixa etária pretendidas pelo órgão;*

RESPOSTA: Esta secretaria informa que ao mencionar as especificações referentes ao item em epígrafe não vislumbrou que as mesmas se encontravam "idênticas" a da marca Positivo, se atendo apenas a necessidade deste órgão. Ressaltamos ainda, que acatamos em partes aos questionamentos e que foram realizadas pequenas modificações nas especificações contidas no Termo de Referência, de modo a não cercear a competitividade, sendo aceitas outras marcas, desde que atendam as especificações exaradas no referido documento.

Item b) *Que o órgão informe se serão aceitos produtos com plástico em toda a sua estrutura como equivalentes ou superiores; ou, subsidiariamente, que seja retificado o edital para autorizar que sejam aceitas mesinhas com estrutura constituída integralmente em plástico, sob pena de restringir a ampla participação das licitantes ao certame e de se admitir o direcionamento do edital, o que efetivamente não se pode admitir;*

RESPOSTA: Esta secretaria informa que ao mencionar as especificações referentes ao item em epígrafe não vislumbrou que as mesmas se encontravam "idênticas" a da marca Positivo, uma vez que o descritivo se ateve principalmente aos alunos com necessidades especiais, haja vista que para esse segmento, monitores, mouse e teclado são mais fáceis para uso e manuseio



pedagógico tanto destes alunos, como dos professores que manifestaram em diversas reuniões a necessidade de possuir equipamentos com características semelhantes. Desta forma, certificamos que não há direcionamento de marca ou de único fornecedor, mas para melhor entendimento modificamos as especificações mantendo as prerrogativas mínimas exigidas pelo pedagógico desta pasta.

Item c) *Que o órgão retifique o edital para afastar todas as disposições que indicam o direcionamento;*

RESPOSTA: Informamos que acatamos os questionamentos e que foram realizadas as modificações nas especificações contidas no Termo de Referência.

Item d) *Subsidiariamente, que o órgão se manifeste claramente, no sentido que serão aceitos equipamentos com características técnicas qualitativamente superiores ao edital.*

RESPOSTA: Informamos que foram realizadas pequenas modificações nas especificações contidas no Termo de Referência. Então, serão aceitos os produtos com características superiores, desde que atendam as especificações contidas no documento em tela.

Item e) *Solicitamos que a prefeitura esclareça se o contrato poderá ser assinado de modo virtual, por meio do sistema de chaves.*

RESPOSTA: Sim, o contrato poderá ser assinado de modo virtual, por meio do sistema de chaves.

Item f) *Considerando a razoabilidade e proporcionalidade que sempre deve se pautar a Administração Pública, garantindo a participação de um maior número de fornecedores, entendemos que mediante justificativa plausível (considerando a distância e a atual conjuntura), estaria aberto a futuras propostas de prorrogação de prazo de entrega por parte do licitante vencedor. Está correto nosso entendimento?*

RESPOSTA: Não, apenas será considerado o prazo constante no edital.

Item g) *Subsidiariamente, caso nosso entendimento esteja errado, impugna-se desde logo o presente edital, para que o prazo de entrega seja alterado para, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos, tendo em vista o curto prazo de entrega, o qual implica diretamente na ampla participação no certame.*

RESPOSTA: A licitação em tela trata-se de um Registro de Preço, logo não é uma aquisição do total de equipamentos, mas sim o estabelecimento de uma disputa para a escolha da melhor proposta que estabeleça os valores para o aluguel de máquinas, conforme o Termo de referência.

- 1) Conforme rege o Registro de Preço, o total das máquinas não serão adquiridas de forma imediata, que caso fosse esse o objeto, não caberia a realização de registro de preço, mas sim a aquisição ou aluguel do total de máquinas, que não é o caso.
- 2) Após a licitação, tem a fase da homologação, e posteriormente será lavrada a Ata de Registro de Preço. Na fase seguinte será analisada a utilização da mesma, para após este



ato, empenhar a despesa e gerar os contratos, conforme a necessidade e previsão exarada na memória mencionada no Termo de Referência.

Quadra consignar que a empresa vencedora conhece previamente a assinatura do Contrato, o quantitativo a ser utilizado, mediante a formalização do mesmo por esta secretaria, no momento da abertura do processo de uso. Ato contínuo, ocorre a lavratura e assinatura do Contrato com a devida publicação do mesmo. Como pode-se aferir, trata-se de licitação para formação de Registro de preços, e até chegar a fase de fornecimento, a empresa vencedora terá conhecimento da expectativa de tal fato ocorrer com mais de 10 (dez) dias, previstos no item 7.4.

Faz-se imperioso frisar que no decorrer de toda tramitação processual ocorre lacunas temporais desde a fase da consagração da empresa vencedora até a assinatura do contrato, restando a empresa um tempo suficiente para o preparo até mesmo da totalidade referente ao quantitativo mencionado no Edital.

Insta ressaltar que, considerando que o item 1.5 do Edital prevê a quantidade mínima de 10 %, bem como as boas práticas de relacionamento que esta Prefeitura mantém com seus licitantes/contratados, é possível verificar uma razoabilidade no tocante ao fornecimento no prazo estabelecido.

Desta feita, concluímos que essa empresa ou outra que participe do certame em pauta tenha condições de atender plenamente o objeto em questão. Destacando ainda, que essas demandas são para a execução das políticas e das necessidades do Poder Público, onde predomina o princípio da supremacia do Interesse Público, devendo os prazos atender as mesmas, sendo ponto também de disputa daqueles que tem capacidade técnica e operacional para suprir esta necessidade.

- 3) Em destaque, podemos apontar a própria educação, que precisa de equipamentos para a realização da educação pública, e faz necessário que a empresa que conseguir alcançar o melhor preço, ou seja que vier ser detentora da Ata de Registro de preço, tenha também capacidade de atender a demanda conforme a supremacia do interesse público. O melhor preço é o caminho central da disputa no pregão, entretanto, devem oferecer o melhor preço quem tem a capacidade de atender a demanda que a educação necessita. Em exercício de reflexão sobre o tema, imaginamos um prazo de 30 dias para entrega desses equipamentos, o que na prática seria uma perda significativa, tendo em vista que passaremos metade do bimestre escolar sem os mesmos, gerando prejuízos que não teremos como corrigir, somente minorar.
- 4) Em outros processos, que também culminaram em atas de registro de preço, a Prefeitura de Maricá, e outras prefeituras, já estabeleceram prazos menores para entregas após a lavratura do contrato, porque essa era a necessidade do Poder Público, amparada pelo princípio do Planejamento e eficiência.

Item h) Diante disso, entendemos que será aceito, no lugar da amostra, a apresentação do catálogo do fabricante do equipamento contendo as reais especificações do objeto que se pretende fornecer. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA: Não. Será necessária a realização do procedimento da amostra.

Item i) Caso nosso entendimento esteja incorreto, pugna-se que o órgão aceite a apresentação da amostra on-line, via videoconferência, a fim de reduzir os custos com transporte da amostra, repassados ao preço final do equipamento.



RESPOSTA: Não. Será necessária a apresentação da amostra, conforme especificado no termo de referência.

Item j) *Por último, caso o entendimento anterior também esteja incorreto, pugna-se para que seja concedido prazo de 15 (quinze) dias úteis para envio da amostra, tendo em vista que, apesar de se tratar de apenas uma unidade, a distância pode ser um fator impeditivo.*

RESPOSTA: O prazo especificado no edital será mantido, tendo vista a necessidade da Secretaria de Educação, que carece de equipamentos para a realização da educação pública, fazendo-se imperioso que a empresa ganhadora consiga alcançar o prazo estipulado no documento supracitado.

Item k) *Solicitamos que a Administração esclareça que não será necessária a instalação.*

RESPOSTA: A Contratada deve atender as especificações do Termo de Referência, quando o mesmo informar que há necessidade de instalação por conta da contratada.

3. DA DECISÃO

Portanto, esta Secretaria considera provido em partes os questionamentos, procedendo com as mudanças necessárias no Edital e seus Anexos, quanto às especificações técnicas exigidas para o certame. Informamos que as alterações realizadas nas mesmas foram pequenas e não ocasionaram mudanças relevantes nas exaradas nos produtos. Sendo assim, não há necessidade de nova cotação.

Este é o parecer.

Maricá/RJ, 14 de junho de 2024.

Flávio Ferreira Consoline
Mat. n. 106.397

P/ Bruno Santos Car
Márcio Batalha Jardim
Secretário de Educação
Mat. n. 110.941

Luanna Cariri
Subsecretaria de Planejamento,
Orçamento e Finanças da Secretaria
de Educação - Mat. 112676



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Número	12658/2024
Data do início	24/05/2024
Folha	47
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

14 de junho de 2024

À Procuradoria Geral do Município,

Encaminhamos os autos para análise da resposta da Secretaria acerca do pedido de impugnação da empresa SIEG Apoio Administrativo LTDA – ME, em especial no que tange aos prazos, conforme item G do pedido de esclarecimento com impugnação encaminhado pela empresa retro citada.

Atenciosamente,

Flávio Ferreira Consoline
Mat. n. 106.397

Márcio Batalha Jardim
Secretário de Educação
Mat. n. 110.941

Luanna Cariri
Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Finanças da Secretaria de Educação - Mat. 112676